

ESPAÇOS, GÊNEROS E PRESTÍGIO NA VIDA LITERÁRIA

SPACES, GENRES AND PRESTIGE IN LITERARY LIFE

Daniel Castello Branco Ciarlini
UFRGS

Resumo: Ao discutir as relações entre espaço, gênero e prestígio na vida literária, o artigo examina a maneira como os locais públicos e privados incidiram na escolha discursiva dos escritores, promovendo audiência no universo simbólico das letras. Enfatiza-se como polos dialéticos primordiais os cafés e os salões, situados na esfera pública, bem como outros espaços como sacadas de jornais e praças públicas; visa-se ainda o espaço privado, como as residências (ou salas), palco para a formação das chamadas igrejinhas literárias, cujos encontros entre intelectuais foram construídos a partir de um perfil de cordialidade. Parte-se da abordagem de Pascale Nova (2002) e Robert Darnton (1989), acerca da formação do prestígio no universo literário, em aplicação aos textos de Lincoln Souza (1961), Brito Broca (1979) e Humberto de Campos (1954), comentadores e observadores da vida literária brasileira, especialmente na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Prestígio. Vida literária. Cafés. Salões.

Summary: When discussing relationships between space, genre and prestige in literary life, this article examines the way in which public and private places influence the choice of discourse for writers, promoting an audience with the symbolic universe of language. Emphasis has been given to cafés and salons as primordial dialectic centers being that they are located in the public sphere, as well as other spaces such as newspaper stands and public squares. This study also looks at private places, such as residences (or meeting rooms), being a stage for the formation of the so-called literary churches, whose meetings among intellectuals were constructed from a profile of cordiality. It began with the approach from Pascale Nova (2002) and Robert Darnton (1989), regarding the formation of prestige in the literary universe, applying texts from Lincoln Souza (1961), Brito Broca (1979) and Humberto de Campos (1954), who were commentators and observers of Brazilian literary life, especially in the first half of the twenty-second century.

Keywords: Prestige. Literary life. Cafés. Salons.

Foi Paul Valéry quem, interpretando a estrutura dos intercâmbios culturais, resolveu equipará-los aos termos econômicos, resultando disso uma maneira diferente de enxergar o circuito de relações que, em muitos casos, se aproxima aos vértices do sistema literário. Pascale Casanova (2002) na síntese desse pensamento, arrola o que seria a “bolsa de valores literários”, cujos termos, definidos pelo ensaísta francês, assim se organizam: o “valor” estaria definido pelo próprio *espírito*, cujo “preço” sofreria variações de acordo com a “cotação”, inscrita nos jornais – terreno dos críticos, admitidos como “juízes”, que “não criavam as próprias obras, criavam seu verdadeiro valor” (CASANOVA, 2002, p. 39); o “capital”, por fim, é reconhecido como a própria “civilização”, formado por sucessivas camadas de *espíritos*. O valor, uma vez aceito, é incorporado a um “capital *Cultura* ou *Civilização*”, que é a soma dos capitais literários, eminentemente nacionais.

É interessante observar que Carlos Drummond de Andrade, em “Apontamentos literários”, fez uso desse mesmo termo, “bolsa de valores”, para discutir a efemeridade do próprio *espírito*, uma vez que a cotação deste pode sofrer transformações no decorrer do tempo, tanto para alto valor quanto para baixo:

A bolsa de valores intelectuais é emotiva e calculista, como todas as bolsas. Hoje temos talento; amanhã não. Éramos bons poetas na circunstância tal, mas já agora estamos com o papo cheio de vento; somos demasiadamente herméticos; demasiado vulgares; nosso individualismo nos perde (ANDRADE, 1952, p. 125).

Esse tipo de mudança de prestígio tem relação direta com a substituição de sistemas, observada inicialmente por Tynianov em seu ensaio “Da evolução literária”, razão esta que levou Escarpit (1969, p. 42) a destacar que “a pertença à literatura ou à sublitteratura não se define por qualidades abstratas dos escritores, da obra ou do público, mas sim por um tipo de troca”, posto que “A existência de um fato como *fato literário* depende de sua qualidade diferencial (isto é, de sua correlação seja com a série literária, seja com uma série extraliterária), em outros termos, de sua função” (TYNIANOV, 1976, p. 109).

Ademais, os termos “emotivo” e “calculista” utilizados por Drummond poderiam se correlacionar facilmente a dois possíveis campos de recepção: ao leitor comum e ao leitor-crítico, os quais constroem o valor que se atribui aos homens de letras envolvidos em um dado espaço ou universo literários, tomados, pois, em um conjunto. Ao leitor “calculista” ou, antes, ao leitor-crítico, Drummond também estendia o exercício nos jornais como propícios à cotação do *espírito*, ou, na expressão do poeta e cronista brasileiro, da “glória” dos homens de letras, ampliando, todavia, essa instância a outros espaços que, ao longo dos tempos, foram sendo substituídos devido ao próprio compasso histórico:

A glória é fabricada nos jornais, e apoia-se em murmurações. Também se elaborava nos cafés sentados, invenção de séculos, que não resistiu a duas guerras mundiais. Concebia-se, por último, nas livrarias, quando os literatos guardavam ainda certo respeito à literatura, e frequentavam esses estabelecimentos (ANDRADE, 1952, p. 133-34)

Fez-se uso aqui dessas ideias para entender a maneira como o “capital” é relacionado ao prestígio, ou melhor, à “cotação” dos homens de letras, ou ainda, aos *espíritos* inseridos dentro do intercâmbio de valores no universo literário, perspectiva essa que muito se aproxima à de *persona*, traçada por Luiz Costa Lima (1991, p. 43), ou seja, que “se concretiza e atua pela assunção de papéis [...] se socializa e se vê a si mesma e aos outros como dotados de certo perfil”. No caso em específico do constructo *espírito*, ou seja, o autor (enquanto produto), este depende diretamente da “cotação” que se lhe atribui, quer dizer, da significação conferida socialmente (do crédito que lhe confiam) em contraparte à particularmente adotada pelo próprio sujeito. Não esquecer aqui que “o valor está ligado diretamente à crença” (CASANOVA, 2002, p. 32), e esta, por sua vez, ao crédito, que “é o poder e o valor outorgados a um escritor [...] em virtude da crença que lhe concedem” (CASANOVA, 2002, p. 32). Logo, a palavra de ordem é “cotação” (variante, pois, de uma “recepção” específica), e é por isso que o capital se forma a partir de um entrelaçamento desses e de outros pontos do sistema, dentro da “bolsa de valores”, discutido por Valéry, como se interpreta em *A república mundial das letras* (2002):

Esse capital encarna-se também em todos os que o transmitem, em todos os que dele se apoderam, em todos os que o transformam e reatualizam. Ele exige sob a forma de instituições literárias, academias, júris, revistas, críticas, escolas literárias, cuja legibilidade se avalia pelo número, pela antiguidade e pela eficácia do reconhecimento que decretam (CASANOVA, 2002, p. 30).

Tal discussão permite abordar o entrelaçamento entre espaços, gêneros e prestígio, posto serem nas unidades de consagração, as instituições literárias da citação anterior, por exemplo, que se distribuem e se atribuem aos intelectuais valores. Logicamente, o termo “valor” age como uma unidade de medida ao prestígio, porque a sua própria existência implica uma hierarquia no campo simbólico, do que se é e do que não se é.

Os homens de letras permeiam espaços específicos e se definem socialmente. São neles que meio e inter-relações agem, como modelos legislados por uma “aristocracia invisível”, como admitia Valéry Larbaud. Cita Casanova (2002) que, no âmbito de um poder considerável, era capaz de decidir o que era ou não literário, designando os grandes escritores (representantes da grandeza literária) para a constituição do monumento literário universal.

Importa interrogar a maneira como operavam esses espaços na conjuntura acima exposta. Onde se encontrava a “aristocracia invisível”, grupo de supostos legisladores da consagração? Resposta: nos salões. E os homens que estavam fora dela, angariando o seu lugar ao sol? Nos cafés, mais especificamente. Cafés e salões são, pois, os polos dialéticos da questão, os palcos que assistiram as movimentações do universo literário. Existem, ademais, outros espaços, cuja operacionalidade resultou em confirmação, ou mesmo como estágio (ensaio ao prestígio), para os nomes que neles se inscreveram.

Além disso, e além de ser o reflexo direto de uma *práxis*, um *modus operandi*, dentro dos

estudos que competem às histórias da vida literária, já não mais se põe sob suspeição o papel que os espaços exerceram nas escolhas discursivas, na própria construção dos textos e na promulgação de ideias cujos fins levaram à fundação de agremiações ou mesmo folhas periódicas. Estas, por sua vez, numa retroalimentação, formaram e difundiram escritores e leitores – bases, pois, essenciais à formação de um sistema literário. Talvez por essa razão tenha o romancista russo Aleksandr Solzhenitsyn, no início de sua autobiografia *O carvalho e o bezerro* (1976), admitido que por trás da literatura propriamente dita havia outras literaturas, sem as quais aquela jamais poderia existir:

Existe uma literatura, muito abundante, que se poderia denominar de segunda: uma literatura sobre a literatura; uma literatura em torno da literatura; uma literatura engendrada pela literatura (se não existisse alguma coisa desse gênero, a primeira não teria nascido) (SOLZHENITSYN, 1976, p. 5).

Do encontro esporádico em cafés e bares, onde se dispunha de tempo abreviado para tertúlias e o desprendido consumo do álcool, aos salões de elite, às residências e às agremiações, parecia haver, de certa forma, tipos específicos de gêneros literários que facilmente se adaptavam aos momentos e se difundiam com regularidade. Os locais igualmente determinavam o olhar que se lançava sobre os homens de letras, como se a presença destes ou mesmo a sua aceitação e prestígio estivessem regulados à ambiência em que estavam inseridos.

No caso dos cafés e dos bares, no que tange a escolha discursiva, comuns eram as leituras de natureza curta, como poemas, artigos ou crônicas, e pelo menos até o final da primeira metade do século XX, colecionados em folhas periódicas. Provam-nos os inúmeros registros deixados pelos escritores, ora em correspondências trocadas ora em diários ou ensaios a respeito de algum fato ou pessoa. E, no que se refere ao *status* construído pelo espaço, os cafés e bares eram as casas, por excelência, das “tribos invisíveis”, na classificação de Maingueneau (2001), ou seja, dos homens de letras que, não tutelados, não podiam viver das letras e por isso dependiam de uma segunda profissão para subsistência – daí a razão de Bourdieu (1996, p. 74) os denominar de “intelectuais proletaróides”. Na França do século XVIII, essas tribos invisíveis, formadas por “subliteratos”, viam nos cafés a possibilidade do exercício clandestino de seus pensamentos em atividades panfletárias; somado a isso, lembra Darnton (1989, p. 90), que era nesses espaços que havia toda uma “operação de contrabando” de livros, cujos “engradados [que] percorriam as rotas clandestinas [até Paris]”, eram lá distribuídos através de determinados agentes desse comércio ilegal.

Já a cultura dos salões literários (mundanos e modestos) e das sedes de agremiações, intensificados na segunda metade do século XIX, teve origem também europeia, tendo chegado a outros países como o Brasil, porque “Os nobres do Império tinham sido, muitos deles, educados na Europa, e de lá traziam o requinte que emprestavam às suas recepções” (BROCA 1979, p. 80). Neles, prosperavam o discurso e a conferência, tanto pelo caráter formal quanto por sua construção ter como foco real um público significativo. Exemplo disso dá o *Diário secreto*, de Humberto de Campos, quando narra o contato que estreitou com outros homens de letras, dando ouvidos às

suas produções, então inéditas. O cronista maranhense ilustra essa conduta em passagens como a de 20 de abril de 1917, dia em que esteve na companhia de Bastos Tigre e Goulart de Andrade, na sede da Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, à rua Gonçalves Dias, para audiência à leitura de uma conferência que Goulart teria escrito sobre Casimiro de Abreu.

Diferentemente dos cafés, sedes de agremiações e salões permitiam um tempo maior ao usufruto das letras, como atesta o seguinte trecho: “[Goulart de Andrade] lê vinte ou trinta páginas de almoço, provando, com estilo ora gracioso, ora precioso, mas sempre lírico, e com argumentos superficiais, que Casimiro não foi um sofredor resignado”, ao que conclui: “mas um orgulhoso e rebelado contra o pátrio poder” (CAMPOS, 1954, p. 43). A sede de agremiações, todavia, dava audiência ainda à poesia, como remete a passagem coletada no referido diário, em que Humberto, ao lado de Goulart de Andrade, no ano de 1914, teria ouvido o poeta Emílio de Menezes declarar um de seus sonetos¹.

Salões, além de representarem lugares de encontro para a promulgação de produções literárias, tinham, também, e de maneira mais acentuada na Europa do século XVIII, uma função social no que tange à ascensão de um nome nas esferas do jornalismo ou de carreira no funcionalismo público. É o que narra Robert Darnton (1989, p. 16), a respeito do filósofo Jean-Baptiste-Antoine Suard, na Paris pré-Revolução, que, com a presença nos salões de d’Holbach, d’Houdetot, Lespinasse, Necker e Sauvin, “obteve emprego na *Gazette de France*: alojamento, aquecimento, iluminação e 2.500 *livres* anuais para desbastar a matéria-prima, semanalmente fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores”. Era ainda, a essa inserção do homem de letras nos salões de elite que, na ausência de um público consumidor (mercado), permitia-lhes sobreviver de pensões reais ou levantadas por meio de uma rede de homens possuidores de capital, então estabelecidos nesses lugares de encontro:

Os escritores mais velhos e estabelecidos, os burgueses opulentos, os nobres – todos participavam desse processo de cooptar jovens dotados do estilo certo, perfeitamente afinados com o *bon ton*, para os salões, academias, jornais privilegiados e cargos honoríficos (DARNTON, 1989, p. 18).

Charles Pinot Duclos, ensaísta francês, em diagnóstico à sua época, chegou a afirmar, em *Considerations sur les moeurs de ce siècle* (1750), numa clara alusão aos escritores inscritos nos salões, que o ato da escrita estava entre as novas profissões a surgir, conferindo a eles, como acentua Darnton, estado eminente a homens de talento, mas isso não ocorria de maneira gratuita, simplesmente: “Esses escritores integravam-se a uma sociedade de homens ricos patrocinadores e cortesãos, para mútuo benefício: a *gens du monde* ganhava entretenimento e instrução, a *gens de lettres* refinamento e posição social (DARNTON, 1989, p. 23). Eram, pois, partícipes de uma “tribo visível²”, para mais uma vez retomar a classificação de Maingueneau (2001).

¹ Ref. nota de 16 de março de 1928.

² Não confundir essa classificação com a de Valéry Larbaud, a de “aristocracia invisível”, relacionada à consagração dos nomes no circuito intelectual.

Diferentemente dos homens de letras frequentadores de cafés, essa “tribo visível” (porque aceita), inscrita nos salões, gozava do que Pascale Casanova (2002) denomina de “prestígio literário”, cuja origem remete a

um “meio” profissional mais ou menos numeroso, junto a um público restrito e culto, no interesse de uma aristocracia ou burguesia esclarecida, nos salões, em uma imprensa especializada, em coleções literárias concorrentes e prestigiosas, entre escritores requisitados, descobridores famosos – cuja reputação e autoridade podem ser nacionais ou internacionais – e, é claro, entre escritores célebres, respeitados, e que se dedicaram por inteiro à tarefa de escrever (CASANOVA, 2002, p. 30).

O caso brasileiro dos salões inscreve-se em duas instâncias, do caráter popular ao erudito, propriamente dito (se tomados como populares encontros informais de pequenos grupos letrados sem pompas de luxo ou soberba), e que pouco a pouco se definiu, também, como instância de consagração. A começar no pós-Independência do Brasil, é entre eles que surge a figura do declamador, que remonta, como indica Broca (1979), aos *oiteiros poéticos* do período colonial, cujo costume, nascido da ausência de imprensa, se difundiu em terras brasileiras e continuou sendo praticado até as primeiras décadas do século XX:

Os vates aproveitavam festas, reuniões, jantares para exibirem os próprios dons, às vezes recitando composições alusivas ao ato, outras improvisando, outras glossando motes humorísticos e satíricos, segundo a tradição dos jograis (BROCA, 1979, p. 69).

Em síntese, cafés e salões têm relação direta com a estrutura social organizada dentro do universo literário. Ambos representam extremos de um campo comum, cujas operações se dão de maneira diferenciada, e de acordo com alguma hierarquia. Não é à toa que tanto Maingueneau (2001) quanto Badinter (2007) atribuem a esses espaços o preenchimento de tipos de intelectuais específicos. Ao primeiro, o proletaróide, referido anteriormente por Bourdieu e atestado por esses, e que, mesmo nas repartições, antes dos cafés, eram exímios produtores de literatura, como atesta em crônica Carlos Drummond de Andrade, demonstrando a antítese que permeava os intelectuais enquadrados nesse perfil, existentes até por volta do final da primeira metade do século XX:

A nação pagava-lhe para estudar papeis obscuros e emaranhados, ordenar casos difíceis, promover medidas úteis, ouvir com benignidade as “partes”. Em vez disso, nosso poeta afinava a lira, nosso romancista convocava suas personagens, e toca a povoar o papel da repartição com palavras, figuras e abstrações que em nada adiantavam à sorte do público (ANDRADE, 1952, p. 111-12).

É nessa mesma crônica que Drummond reconhece esse tipo de intelectual como aquele que mais fecundou o universo literário do país: “quase toda a literatura brasileira, no passado e no presente, é uma literatura de funcionários públicos” (ANDRADE, 1952, p. 113), e lembra que Machado de Assis: “Nossa figura máxima, aquela que podemos mostrar ao mundo como a que mais e

desenganadamente aprofundou estre nós os negócios do coração humano, foi diretor-geral de contabilidade do Ministério da Viação” (ANDRADE, 1952, p. 113). Elenca também outros exemplos do cânone nacional: Raul Pompeia, diretor de estatística do *Diário Oficial* e da Biblioteca Nacional; Olavo Bilac, inspetor de ensino no Rio de Janeiro; Alberto de Oliveira, diretor de instrução do Estado do Rio de Janeiro; o mesmo para José Veríssimo (no Pará) e Franklin Távora (em Pernambuco); Aluísio Azevedo, cônsul; daí em diante, onde são listados mais 27 nomes e suas respectivas funções junto ao Estado, de Gonçalves Dias a Emílio de Menezes, para então destacar no Brasil, “o que as letras devem à burocracia, e como esta se engrandece com as letras, mesmo através de um contato fortuito” (ANDRADE, 1952, 114).

No segundo tipo referido, estão os intelectuais de salão diretamente ligados aos círculos de elite e com o poder. É o que também comenta Darnton (1989, p. 34): “O *café* era uma antítese do *salon*: aberto a todos, a um passo da rua – embora houvesse gradações em sua intimidade com o popularesco”. É uma dialética, não por acaso, que compõe o campo literário pelo menos desde o século XVIII, como diagnosticara, ainda, Darnton (1989, p. 26): “Talvez o mundo literário tenha sempre se dividido hierarquicamente, tendo como vértice um *monde* de mandarins e, na base, a boemia literária”.

É claro que essa diferença fica mais evidente na França do século XVIII, quando o campo literário estava dividido entre duas castas de intelectuais, os literatos amparados (beletristas) e os subliteratos, da cena *underground*. No Brasil dos primeiros anos do século XX, todavia, há de se notar um caso específico: instâncias de consagração, como a Academia Brasileira de Letras, garantiam aos seus associados um *status* especial em relação ao campo literário, mas isso não os impedia de frequentarem os cafés cariocas – muito embora o exercício da boemia fosse vista, desde o tempo de Machado de Assis, com muitas reservas; o contrário, no entanto, não se dava, mesmo porque parte das reuniões da instituição eram reservadas aos seus membros. É importante salientar que não se está aqui equiparando a ABL a uma instância consagradora como os salões, mas interpretando-a, à sua época, como local de privilégio beletrista como aqueles foram no decorrer da vida literária europeia, estendida, por consequência, a países que traduziram tal cultura. Avaliando essa dicotomia existente entre espaços (instâncias) e o exercício de consagração ou marginalidade, afirma Darnton (1989, p. 39): “Os beletristas desfrutavam de um ‘estado’; as instituições estabelecidas abençoavam-nos e os enriqueciam. O proletário intelectual, por sua vez, não tinha nenhuma situação social”, e nessa situação, estava condenado à clandestinidade.

Quanto aos demais espaços, observa-se que teatros, sacadas de jornais e praças públicas faziam parte também dos roteiros ocupados pelos letrados a fim de difundirem as suas produções, e nesses casos em específico, surgia o “poeta-orador”. No Brasil, pertenceram a esse tipo Tobias Barreto, Victorino Palhares e Castro Alves, “de quem ficaram célebres tantas poesias retumbantes, espoucando como foguetes, em meio de multidões entusiásticas” (BROCA, 1979, p. 71). Mais do que uma postura de entusiasmo, Broca acredita que, devido ao fato de lidar às vezes com multidões, havia por trás da atitude uma vontade de audiência, de tornar-se conhecido. Esses locais públicos

diferem de outros espaços, geralmente ocupados por figuras que de alguma maneira já eram reconhecidas no meio. Além disso, a atenção dada ao verso tinha uma relação tanto histórica quanto de ornamento: “A poesia teve, durante muito tempo, essa função de ornamento social no Brasil” (BROCA, 1979, p. 77), daí porque era, de todos os gêneros, o mais difundido, e nos mais diferentes e variados espaços – realidade acentuada por ser de fácil memorização para o ato declamatório.

Há, todavia, outro espaço de dissipação do tempo em rodas intelectuais que, diferente das já apresentadas, pode ter impacto sobre o próprio objeto literário, devido ao intimismo que o caracteriza como local *sui generis* para o encontro de amigos: as residências dos próprios homens de letras, denominadas, no século XIX, de *salas* – uma contraposição aos salões luxuosos. Um dos mais velhos registros brasileiros desse tipo de encontro, a que Brito Broca mais denominaria de “capelinha por afinidades espirituais” (BROCA, 1993, p. 11), remonta ao tempo de José de Alencar, que “costumava reunir seus amigos em casa, mas sem luxo, reuniões que se caracterizavam acima de tudo pelo ‘brasileirismo’” (BROCA, 1979, p. 81). Proprietário de *sala* também foi, como ainda indica Brito Broca, Francisco Octaviano, tendo sido Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo, Tavares Basto, Visconde de Taunay, Joaquim Serra e o próprio Alencar alguns de seus mais conhecidos frequentadores. E aqui, vê-se, mais uma vez, a influência do espaço operando sobre a escolha do gênero longo, no caso o romance:

Quando Taunay foi ler os originais de *Inocência* para um grupo de amigos, Octaviano ofereceu-lhe um jantar. E da biblioteca de Octaviano valeu-se o trágico Rossi para preparar a conferência em que procurou explicar ao público a sua interpretação do *Hamlet* (BROCA, 1979, p. 82).

É importante salientar o que alertara Brito Broca (1979, p. 83) acerca desse tipo de relacionamento cordial entre os intelectuais, posto ter sido “importante o papel que a amizade nela [na literatura] tem representado, modificando, muitas vezes, o curso de uma carreira ou influenciando, de maneira decisiva, na elaboração de determinadas obras”. No caso específico de Francisco Octaviano, fora através dele que duas importantes figuras do movimento literário nacional se notabilizaram: José de Alencar e Machado de Assis. Como anotara do primeiro, “Pelos mãos dele, José de Alencar consegue iniciar-se na vida jornalística e literária, passando a fazer os folhetins do *Correio Mercantil*, gênero que dava uma grande notoriedade para um escritor na época” (BROCA, 1979, p. 83); e do segundo, “amparo semelhante recebeu Machado de Assis, no começo da carreira do homem a quem evocou, de forma tão enternecida” (BROCA, 1979, p. 83).

Uma terceira residência revelada pelos relatos memorialísticos dos homens de letras brasileiros recebia o nome de “Engenhoca”, e remete ainda ao século XIX. Tratava-se da casa dos pais do poeta Alberto de Oliveira, o casal José Mariano e Ana de Oliveira. Conta Lincoln de Souza (1961) que Olavo Bilac, certa feita, achou de intitular o local como “Parnaso sombreado de palmeiras”, “ninho de poetas”. Tamanha foi a importância desse espaço que Lincoln de Souza chega a afirmar que “foi o solar que antecedeu à Academia de Letras” (SOUZA, 1961, p. 46).

Observando que todos os grandes escritores brasileiros do fim do século XIX passaram

pela “Engenhoca”, Souza lista alguns, justificando, na listagem, advinda da fala de Bilac e Elmo Elon, sua antecedência à ABL, pois parte dos nomes que visitavam o solar de José Mariano fundou, pouco tempo depois, a Academia: Raimundo Correia, Aluísio de Azevedo, Afonso Celso, Raul Pompeia, Rodrigo Otávio, Lúcio de Mendonça, Guimarães Passos, Coelho Neto, Miguel Couto, Luiz Murat, Pardal Mallet, Paula Ney, Alberto Silva, Luiz Delfino, Silvestre de Lima, Salvador de Mendonça, Artur Azevedo, Felinto de Almeida e Valentim de Magalhães. Ao que Souza (1961, p. 46) infere, em mais uma cena da vida literária brasileira: “Nas tertúlias que ali se realizavam declamavam-se versos inéditos no último sábado de cada mês, conforme combinação feita”, e adiante: “Eram raros os que não versejavam no domínios dos Mariano de Oliveira” (SOUZA, 1961, p. 46), numa clara confissão da influência que o espaço exercia aos que nele se integravam.

Para as primeiras décadas do século XX, é o *Diário secreto*, de Humberto de Campos, que, mais uma vez, ilustra a sede de alguns desses encontros no Rio de Janeiro: a casa de Coelho Neto, um dos *egressos* da “Engenhoca”. Neto, ao que tudo indica, era visto como centro aos encontros de alguns nomes, que lá achavam guarida a opiniões e até mesmo a tertúlias acerca de diversos assuntos; sua residência sediava a leitura de livros recém-lançados. O autor de *Rio negro* (1914) conseguia reunir nomes como Olavo Bilac, Gustavo Barroso, Goulart de Andrade, Guimarães Passos, Martins Fontes e Pardal Mallet. Segundo o sociólogo e historiador Manuel Bonfim, que na época pertencia aos tantos amigos de Coelho Neto, a explicação da residência para que a residência deste se tornasse a sede de tertúlias tinha que ser dada a partir da vida boêmia que o escritor tivera e que, por motivo de casamento, fora obrigado, muito cedo, a abandonar:

A vida boêmia era feita nos cafés, para onde se ia depois do trabalho no jornal. Não podendo ficar no “Java” ou no “Londres” após o trabalho de redação, ao lado dos companheiros, levava-os Neto para a sua casa, onde ficavam todos até alta madrugada. Quando era, por qualquer motivo, obrigado a ficar em casa, eles iam para lá, reconstituindo a roda como em qualquer café da cidade³ (BONFIM *apud* CAMPOS, 1954, p. 102).

No raio de observação de Humberto de Campos, é possível perceber que esse tipo de espaço era propício para a leitura de capítulos inteiros de romances, com o intuito não apenas de apresentar aos colegas as novas produções, como também angariar sugestões. Tal fato ocorria, também, e com alguma periodicidade, entre Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo, como desvenda o conjunto de crônicas *Linhas tortas* (2015), do autor de *Angústia*. Graciliano narra esse tipo de contato com o amigo, em iguais circunstâncias de diálogo literário:

Há tempos o sr. Lins do Rego contou-me o enredo de um romance que pretendia escrever, tudo muito direito, razoável. Mostrou-me depois o primeiro capítulo – e já aí percebi que ele ia tomando uma direção diferente da que havia planejado. Desde então quase todos os dias me chegava em casa, lia algumas páginas e pouco a pouco se distanciava do livro imaginado, que não foi escrito (RAMOS, 2015, p. 159).

³ Nota de 17 de janeiro de 1928.

Ainda a respeito dos encontros na casa de Coelho Neto, as reuniões se davam nas horas do almoço ou da janta, e não se prendiam apenas ao gosto da literatura, como também das anedotas acerca dos próprios letrados e, vez por outra, à leitura de livros de poesia que estavam por ganhar espaço na vida literária de então. Como é o caso da segunda série do livro *Poeira* (1917), de Humberto de Campos, cuja estreia, ao que tudo indica, teria ocorrido na casa de seu conterrâneo: “No decorrer do almoço, tratava-se do aparecimento de três livros ao mesmo tempo: o de Martins Fontes, o de Leal e o meu⁴” (CAMPOS, 1954, p. 82). A cena, que ilustra um trecho da vida literária desse círculo de amigos, é narrada pelo diarista nos seguintes termos:

No salão, que é o gabinete do escritor, além de Neto e Mme. Gabi, encontro, já, Olavo Bilac, que se afunda na almofada de uma poltrona; Leal de Souza, que sorri mudamente, de pé, junto a uma estante; Gustavo Barroso, que, sempre reservado nas rodas em que há gente de espírito, entre a qual se possa destacar o seu, se diverte com um cãozito que pula sobre o tapete; e Martins Fontes, que, marchando de um lado para outro do salão, enche a casa de barulho, com a alegria atordoadora de um clarim em manhã de combate⁵ (CAMPOS, 1954, p. 83).

Uma segunda ala carioca, das primeiras década do século XX, para encontro em residência, estava representada pelo poeta Luís Carlos Barros, que reunia às quartas-feiras seus amigos nas proximidades da Estação São Cristóvão. Diferente dos que se concentravam em volta de Coelho Neto, quase todos prosadores, os encontros promovidos por Luís Carlos eram formados, praticamente em sua totalidade, por poetas: Catulo da Paixão Cearense, Astério de Campos, Pereira da Silva, Hermes Fontes, Ademar Tavares e Lincoln de Souza. A respeito dos trabalhos desenvolvidos nos encontros, é Lincoln quem narra:

durante horas e horas conversava-se, ouvia-se música (violão de Mozart Bicalho ou de outros) e diziam-se versos, de instante a instante perturbados pelo barulho dos trens, ainda não elétricos, que trafegavam a poucas dezenas de metros diante da casa do poeta. Luís Carlos declamava as suas poesias de uma forma algo solene, acompanhada de gestos brandos, lentos, sacerdotais, mas a todos agradava pelo tom de sinceridade e pela vibração que neles punha (SOUZA, 1961, p. 31).

Esse observador literário ainda comenta o tom cordial que existia entre os amigos, e acrescenta que, nos encontros, “era raro alguém manifestar-se de maneira sarcástica no tocante a um amigo do grupo do poeta” (SOUZA, 1961, p. 31), com exceção a Agrippino Grieco, “o terrível panfletário [que] não poupava pessoa alguma” (SOUZA, 1961, p. 31). Grieco, portanto, encarnava aquilo que João Cezar de Castro Rocha interpreta como próprio do homem cordial brasileiro, em sua duplicidade: “desconhece a moderação de regras impessoais baseadas na divisão das esferas de sociabilidade pública e privada. Ou seja, tanto pode ser muito violento quanto cordato, tanto muito

⁴ Nota de 28 de julho de 1917.

⁵ Nota de 28 de julho de 1917.

amoroso quanto rancoroso ao extremo” (ROCHA, 1998, p. 26); ferindo, por sua vez, uma expectativa desenhada pelas “capelinhas literárias”, qual seja, “o velho jogo do elogio mútuo” (BROCA, 1993, p. 11).

Se no período do romantismo as residências de homens de letras, ou salas, desempenharam “uma função, não somente recreativa, como cultural em nossa pequena burguesia” (BROCA, 1979, p. 82), não era de se estranhar que tal costume fosse ainda promulgado no decorrer da primeira metade do século XX, como bem ilustram os exemplos citados por Humberto de Campos, Graciliano Ramos e Lincoln de Souza.

Compreender a relação que os espaços exerceram sobre as escolhas discursivas das personagens que neles se inseriam é apenas uma das muitas leituras possíveis acerca da construção de um perfil intelectual de época. No caso específico de Humberto de Campos, mais do que a própria participação nesses espaços, os rumos tomados na vida o levaram a dar prioridade a certos assuntos em suas notas no *Diário secreto*, por exemplo a fase que antecede o ano de 1928, quando o literato ganha a vida como jornalista e nessa função dá maior respaldo a assuntos de ordem literária e a personagens consagradas nesse campo, como é o caso de Coelho Neto; além disso, é aí que se encontrará um diarista com sede de crescimento, em ver realizados os seus “sonhos de fortuna”.

A segunda fase desenhada pelo diário é de 1928 em diante, quando há uma grande mudança do foco com o qual Humberto se ocupa: sendo agora deputado federal e membro da Academia Brasileira de Letras, os assuntos de ordem política e de história parecem dividir espaço com as curiosidades da vida literária que ele mantivera até o último de seus registros. Era, pois, ao que tudo indica, uma paixão que nascera com os intelectuais do pós-Independência, mas que ainda repercutia nos princípios do século XX em algumas figuras do meio literário, como Rui Barbosa, Medeiros e Albuquerque, Coelho Neto, Vicente de Carvalho *et al.*

No que tange aos aspectos da vida literária expostos por Humberto de Campos, as duas ocupações, literatura e política, têm, à luz da interpretação que se pode fazer de Brito Broca (1979), correlação direta, o que valida serem admitidas. Se no primeiro momento das notas do *Diário secreto*, era Coelho Neto a figura central que, de alguma maneira, representava o elo entre vida e literatura; no segundo, é a figura de Manuel Bonfim, historiador e sociólogo, a personagem central – aliás, as suas memórias, das quais o diarista bebera a fim de registrá-las, versam sobre os mais variados assuntos, dentre os quais a política brasileira, a civilização europeia e as curiosidades da vida e da boemia dos homens de letras em fins do século XIX e início do século XX. Nessa segunda fase é possível perceber, ainda, um escritor vencido por suas limitações, e o diário, em alguns momentos (cf. notas de 1º, 19 e 24 de fevereiro de 1928, por exemplo), parece se comportar como conselheiro aos jovens aspirantes a “sonhos de fortuna”, pelos quais ele um dia ansiara, mas que não pudera realizar por fatores diversos, dos quais destaca: desgaste no trabalho, problemas de saúde e a constituição precoce de uma família, cujo conflito maior residia nas diferentes visões de mundo dele e de sua esposa:

ele, querendo subir, melhorar, mudar de meio, estabelecer novos hábitos no lar

e novas relações na sociedade; ela, conservar os mesmos costumes, as mesmas amizades, a mesma vida, incompatível, já, com a situação conquistada pelo marido⁶ (CAMPOS, 1954, p. 131).

Levantando um conselho: “não constituam família antes de se porem em marcha para a situação almejada e, mesmo, de divisarem no horizonte o ponto que pretendem atingir” (CAMPOS, 1954, p. 131); conclui: “Só por essa maneira o seu triunfo poderá ser, no seu lar, convenientemente aproveitado, por eficientemente partilhado” (CAMPOS, 1954, p. 131). Não seria essa a única vez que o escritor reclamaria de sua vida conjugal. Em 6 de abril de 1928, por exemplo, referindo-se como um “indivíduo incapaz de despertar dedicações e, ainda menos, amor” (CAMPOS, 1954, p. 175), finda a nota declarando que “Se há, no mundo, um homem que se considere ‘só’, e que se não arrependa dessa condição, esse homem sou eu” (CAMPOS, 1954, p. 175).

O discurso de Humberto de Campos sobre as aspirações de triunfo, se analisado sob um ponto de vista da história das ideias, como formula Robert Darnton (1989), é, na realidade, resultado de um fenômeno que se repete, visto quase como uma consequência lógica das aspirações à glória que os homens de letras, com razoável talento, advindos de estratos de baixo poder aquisitivo, alimentam quando se dirigem a grandes centros intelectuais, fenômeno já observável no século XVIII, na base das formações intelectuais de uma França Iluminista: “Os provincianos acorriam em bandos a Paris buscando glória, dinheiro e posição social, coisas que pareciam garantidas a qualquer escritor com suficiente talento” (DARNTON, 1989, p. 29).

Humberto, pois, pertence a esse tipo de provinciano, vindo de uma vila do Maranhão, Miritiba, que se projetou na vida literária e na política brasileiras quando se instalou no Rio de Janeiro, mas que não pôde ver realizados alguns de seus sonhos, entre os quais, como ele mesmo registrara em seu livro de *Memórias* (1933), a escritura de um romance, onde empregaria todo o seu aprendizado e técnica. De fato, não lhe foi possível levar a cabo o romance pretendido, nunca conseguira acumular ideias o bastante, porque todos os dias tinha que vender “miolo de cabeça para comprar miolo de pão”. No que se refere ao entrelaçamento que se tem feito aqui, e a partir desse exemplo de Humberto de Campos, um problema pode ser levantado: poderia a residência dos escritores, que deveria servir de estímulo e difusão aos mais diferentes trabalhos literários, seria também o sepulcro de uma carreira ou de um trabalho de maior fôlego?

Os reclames de Humberto de Campos, porém, não param aí. Além de culpar o espaço privado, culpa também o espaço público, mais precisamente a Câmara dos Deputados, quando exerceu mandato. Para o escritor, “as ocupações políticas tomaram-me todo o tempo, de modo a prejudicar a minha atividade nas letras⁷” (CAMPOS, 1954, p. 185). E admitindo a política ainda como fim de uma carreira literária, conclui com a seguinte reflexão, que muito se aproxima à exposta ao final do parágrafo anterior: “A Política é, na verdade, um monstro que anestesia as suas vítimas, antes de devorá-las. Será possível que este monstro me devore?” (CAMPOS, 1954, p. 185).

⁶ Nota de 19 de fevereiro de 1928.

⁷ Nota de 21 de abril de 1928.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. A rotina e a quimera. In: _____. *Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952. p. 111-15.

_____. Apontamentos literários. In: _____. *Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952. p. 120-26.

_____. Meditação no Alto da Boa Vista. In: _____. *Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952. p. 132-35.

BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais: desejo de glória (1735-1751)*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROCA, Brito. Escritores empenhados. In: _____. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 49-51.

_____. O Poeta dos Salões e o Poeta da Praça Pública. In: _____. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 69-72.

_____. As Mulheres na Literatura Brasileira. In: _____. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 76-9.

_____. “Salões” e “Salas” do Romantismo. In: _____. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 80-2.

_____. A Amizade Intelectual entre os Românticos. In: _____. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 81-7.

_____. As “Capelinhas Literárias”. In: _____. *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 11-5.

CAMPOS, Humberto de. *Diário secreto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954, vol. 1.

_____. *Memórias*. São Paulo: W. M. Jackson, 1948.

CASANOVA, Pascale. Princípios de uma história mundial da literatura. In: _____. *A república mundial das letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 23-64.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ESCARPIT, Robert. *Sociologia da literatura*. Tradução de Anabela Monteiro e Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora Arcádia, 1969.

LIMA, Luiz Costa. Persona e sujeito ficcional. In: _____. *Pensando nos trópicos (dispersa demanda II)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 40-56.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. 2. ed. Tradução de Maria Appenzeller, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RAMOS, Graciliano. Uma personagem curiosa. In: _____. *Linhas tortas*. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 158-160.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SOLZHENITSYN, Aleksandr. *O carvalho e o bezerro: esboços da vida literária*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

SOUZA, Lincoln de. *Vida literária*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1961.

TYNIANOV, J. Da evolução literária. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução de Ana Mariza Ribeira Filipouski et al. Porto Alegre: Editora Globo, 1976, p. 105-118.

Daniel Castello Branco Ciarlini

Doutorando em Estudos de Literatura (linha: Pós-Colonialismo e Identidades), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa CAPES. Mestre em Letras (linha: Literatura, Memória e Cultura) pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Licenciado em Letras/Português pela UESPI.

Enviado em 01/09/2017.

Aceito em 20/10/2017.